

AOS “VADIOS”, O TRABALHO: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE O TRABALHO E A VADIAGEM NO BRASIL*

Jones Dari GOETTERT**

“No primeiro dia tudo parece bem.
No segundo dia já não sei o que fazer.
No terceiro dia quase enlouqueço.
No quarto dia vou visitar meus colegas.
No quinto dia começo a esperar, num tempo
que quase não passa, o fim de minhas férias.”
(José, motorista)

Resumo: Discorremos aqui sobre como no Brasil, durante os últimos 500 anos, foram construídas representações de trabalhadores e vadios. Representações que atenderam interesses e projetos das elites econômicas, desde a substituição do índio pelo negro, do escravo e do nacional pelo imigrante e, hoje, do “incômodo” desnecessário econômico.

Palavras-chave: trabalhadores; vadios; representações.

Resumen: En nuestro ensayo discutimos como se construyeron las representaciones de trabajadores y vagabundos en Brasil, durante los últimos 500 años. Estas representaciones atendían a intereses y proyectos de las elites económicas, y van desde la substitución del indio por el negro, del escravo y del nacional por el inmigrante y, hoy, hasta del “incómodo” desnecesario económico.

Palabras-llave: trabajadores; vagabundos; representaciones.

1. Introdução.

A liberdade preconizada pelo trabalho é um dos sustentáculos das relações de produção e de trabalho, no capitalismo. A ideologia em torno da primazia do trabalho como condição *sine qua non* de ascensão sócio-econômica, é um dos aspectos de maior relevância na construção de mulheres e homens subordinados à lógica da submissão e exploração de seus corpos e mentes. As representações sobre os “não-trabalhadores”, construídas ao longo dos últimos cinco séculos no Brasil, refletem o quanto o ideal do trabalho é importante na manutenção do *status quo* dos donos dos meios de produção, dos que comandam o trabalho sem, necessariamente, trabalhar.

Vadios, vagabundos, indolentes e preguiçosos, são alguns dos adjetivos empregados àqueles que se encontram “fora” do *mundo do trabalho*. Representações construídas e reconstruídas continuamente como garantia de manutenção do ícone-trabalho. Representações que figuram no imaginário social brasileiro e que tiveram sua origem já no contato entre europeus e índios a partir do século XVI. Representações que, também, sofreram mudanças na medida que novas relações de trabalho e novos trabalhadores foram necessários, e outros desnecessários, na reprodução das relações de poder que sustentam as bases material e simbólica para a opulência de poucos e a desclassificação social de muitos.

Analisar, sucintamente, como representações de “não-trabalhadores” e “trabalhadores” foram construídas no Brasil, é o objetivo central deste texto. Também, em decorrência do objetivo primeiro e principal, verificar como tais representações sofreram *mudanças* na medida que certos sujeitos passaram a ser destituídos de um lugar central, substituídos por outros que apresentavam um “melhor perfil” nas novas conjunturas econômicas; arriscaremos lançar algumas hipóteses da necessidade ideológica da construção de representações, de trabalhadores e de não-trabalhadores, como garantia da manutenção de

* Texto publicado em 2002, n. 9, v. 2 A produção deste texto tem por base a disciplina “História Social do Trabalho no Brasil” ministrada pela prof. Dra. Eda Maria Góes, no primeiro semestre de 2001, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT-UNESP.

** Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia — FCT/UNESP. E-mail:

jonesdari@hotmail.com. Atualmente é professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

um mundo dicotomizado e, portanto, passível de separação entre os “bons” e os “maus”. Por fim, apresentaremos uma breve *trajetória* dos “desclassificados sociais” do período colonial aos “excluídos desnecessários” contemporâneos, demonstrando possíveis continuidades e descontinuidades.

É, ainda, buscar demonstrar que no Brasil, fundamentalmente, as representações sobre as suas *gentes* conservam as marcas da sociedade colonial escravista. Como enfatizou Marilena Chaui (2000, p. 89),

As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade.

2. Projetos e representações.

As representações, enquanto componente *estrutural* da ideologia dominante, participam organicamente dos mecanismos de construção e reconstrução de concepções e práticas que sustentam os *projetos* dos dominadores (dos ricos, pois é assim que os trabalhadores melhor definem as mulheres e homens burgueses). Como parte da realidade e inseparável dela, as representações articulam-se no todo social para justificar projetos e aliciar possíveis sujeitos dissonantes dos interesses hegemônicos. As representações em torno do trabalho, dos trabalhadores e dos não-trabalhadores, participaram e participam da história brasileira como componentes ideológicos para a manutenção da dicotomização dos que trabalham e dos que “não-trabalham”, dos responsáveis pela riqueza colonial e nacional e dos “vadios irresponsáveis”, dilapidadores dos bens da Coroa Portuguesa e da Nação Brasileira¹⁰².

É, portanto, a necessária construção de representações para a manutenção do mundo da propriedade privada dos meios de produção, mas também da produção daí decorrente, através do trabalho. Produzir trabalhadores e vadios, homens bons e homens maus, desde a chegada dos europeus no território por eles denominado Brasil, possibilitou a sustentação de braços para o trabalho de extração do pau-brasil, de produção do açúcar, da exploração de metais preciosos, da produção de café e cacau, do desenvolvimento da indústria, da ocupação de “espaços vazios”, da construção de obras públicas... A sustentação de uma gama de mulheres e homens que “se negaram” à vadiagem e fizeram de seu trabalho o fundamento do *Brasil Gigante*.

Marilena Chaui (2000) enfatizou que a representação do *Brasil Gigante*, como um dom de Deus e da Natureza, com um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual mesmo que sofredor, de um país sem preconceitos, acolhedor de todos que nele desejam trabalhar, e de contrastes regionais, por isso plural econômico e culturalmente, participa do “mito fundador do Brasil”. O mito que, em seu sentido antropológico, apresenta-se como uma narrativa no sentido de uma “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos em nível da realidade”; já em seu sentido psicanalítico, o mito é tido como “impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela” (CHAUI, 2000, p. 8-9).

O mito como produtor de valores, idéias, comportamentos e práticas, também é produtor de representações. Representações que participam do conjunto de idéias que sustentam tanto o *pensar* quanto o *fazer* a realidade. Representações que participam da construção e efetivação das idéias que são interiorizadas e aceitas como verdades supra-realidade, universais e incontestáveis.

¹⁰² A idéia de Nação Brasileira que é dada pela ‘forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos’, é acentuado por Marilena Chaui; a autora ainda observa: “Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais” (CHAUI, 2000, p. 7-8). A presença de uma **representação homogênea** poderia, num primeiro momento, estar em contradição com as representações dicotomizantes também presentes e construídas; no entanto, essa contradição é apenas aparente na medida que as suas construções atendem aos mesmos Interesses mas em circunstâncias diferentes. A **representação homogênea** se coloca quando busca-se a unidade nacional frente a um “inimigo” externo ou quando da necessidade da sustentação do mito do desenvolvimento econômico (discutido por FURTADO, 1996) e do progresso. Já as representações dicotomizantes são acentuadas como componente ideológico interno justificadoras do *status quo* de certos grupos, e como pressão para a obediência e a submissão à lógica capitalista e, por sua vez, à sua representação do trabalho e de trabalhadores.

As representações, como surgidas magicamente sem autor e sem filiação, inserem-se no jogo das construções de concepções e práticas que se espraiam, de uma ou de outra forma, em toda sociedade. A partir destas mesmas representações são as mulheres e homens classificados, assumindo como centralidade o trabalho e, em decorrência, a classificação dos trabalhadores e dos não-trabalhadores, dos capazes e dos incapazes, dos esforçados e dos indolentes. Concepções e práticas que acabaram por engendrar os mecanismos de sustentação de *projetos* dos portugueses, dos senhores de engenho, dos caçadores e traficantes de escravos, dos mineradores, dos fazendeiros de café, de soja, dos industriais e banqueiros, enfim, dos que tiveram (e têm), na força de seus valores e idéias, as práticas para a acumulação ampliada e contínua de capital, propiciada pelo trabalho de outrem.

Marx (1983) já colocara, no século XIX, que um “poder estranho” e “invisível” penetra sobre as mulheres e homens, trabalhadores ou não, quando no sistema da propriedade privada cada

[...] homem especula sobre a criação de uma nova necessidade no outro a fim de obrigá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo sob nova dependência, e induzi-lo a um novo tipo de prazer e, em consequência, à ruína econômica. Todos procuram estabelecer um poder *estranho* sobre os outros, para com isso encontrar a satisfação de suas próprias necessidades egoístas [...]. (MARX, 1983, p. 127).

Este estranhamento, no entanto, também reflete a força de representações que escamoteiam o poder e asseguram a “aceitação” do sacrifício. Uma “aceitação” do trabalho que Marx, em outro momento, observava:

O trabalhador só se sente consigo mesmo fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Ele está em casa quando não trabalha, quando trabalha não está em casa. Seu trabalho, por isso, não é voluntário, mas constrangido, é trabalho forçado. Por isso, não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer necessidades exteriores a ele mesmo. A estranheza do trabalho revela sua forma pura no fato de que, desde que não exista nenhuma coerção física ou outra qualquer, foge-se dele como se fosse uma peste (GRUPO KRISIS, 1999, p. 29).

Representações que ligadas ao trabalho (centralidade do sacrifício¹⁰³), constroem e reconstróem, simultaneamente, o amor e o ódio, inseparáveis no capitalismo. Ambos constituem o que poderia ser definido como os dois lados de uma mesma moeda: a necessidade que os capitalistas têm, a partir do trabalho de outros em produzir, circular e consumir mercadorias para a obtenção do lucro e, por outro lado, a necessidade posta para os despossuídos dos meios de produção em trabalhar, “dignificando-se” e acreditando em sua possível transformação em dono, senhor e patrão.

Nesses termos, as mulheres e homens livres para o trabalho, não-escravos e não-servos da gleba, devem amá-lo até para suportarem, dia-a-dia, o peso da rotinização, da alienação e da remuneração aviltante e precária. Mas, o amor pelo trabalho esvai-se quando o corpo começa a sofrer o desgaste de jornadas prolongadas diante da ordem, das circulares internas, dos chefes carrancudos e do tempo que não passa. Já o ódio pelo trabalho é superado quando a preguiça, a indolência, a culpabilidade e o fracasso são atributos indispensáveis ao desempregado, ao sem-trabalho.

Negócio e ócio, trabalho e não-trabalho, trabalhador e preguiçoso, esforçado e indolente, empreendedor e “sem-visão”... Dicotomias de um *mundo do trabalho* que reflete a necessidade de um mundo-todo que precisa ser dicotomizado continuamente, como garantia de sua própria reprodução. A dicotomia trabalho/ócio é parte de um mundo dicotomizado. Em outras palavras, as mulheres e homens dicotomizados e dicotomizantes são condição para a legitimação de concepções e práticas que buscam a reprodução das relações capitalistas. A atribuição a uns — representações — de trabalhadores e a outros de inaptos para o trabalho, parece ser um dos elementos de suporte da alienação que reina sobre as mulheres e homens do Trabalho (na relação com o Capital). Condição primordial para um certo equilíbrio entre o amor e o ódio ao trabalho pelos trabalhadores.

¹⁰³ A ênfase na centralidade do trabalho se opõe, portanto, à perspectiva apontada por Claus Offe (1989), principalmente pela sua ressalta que o “trabalho foi deslocado de seu *status* de fato vital central e óbvio” para os trabalhadores. Por outro lado, mesmo com a reestruturação produtiva capitalista que se desenvolve desde os anos 1970, reduzindo drasticamente os postos de trabalho (o que levou o GRUPO KRISIS [1999] a ressaltar que o trabalho não mais passava de um “defunto”), ainda entendemos que o trabalho, em suas complexidades material e simbólica, continua exercendo uma centralidade expressiva nas relações humanas.

Fica explícita, nas representações dicotômicas entre trabalhador e não-trabalhador (ou mais trabalhador e menos trabalhador, esforçado e indolente), a ênfase na *diferença*. São diferentes os que trabalham dos que não trabalham; são diferentes os que se esforçam no trabalho e os que “enrolam”, “matam” e sabotam o serviço! É em nome das *diferenças* que a superioridade e inferioridade entre ambos é reforçada. As representações, assim, agem como um componente fundamental na aceitação da própria condição de trabalhador, ao mesmo tempo que impossibilitam a percepção do jogo no qual o trabalhador está inserido.

Para tanto, a definição de representação dada por Pierre Bourdieu *apud* Galetti (1999, p. 2) é lapidar:

[...] as representações como *atos* de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e, em cuja elaboração, está em jogo o monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer. Trata-se, portanto, de considerar que as representações podem contribuir para produzir aquilo por elas descrito ou designado quer dizer: a realidade objetiva.

No monopólio de “fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer”, as representações têm papel importante na instituição das relações, como já apontado por Marx e Engels (1984, p. 7): “Até aqui, os homens têm sempre criado representações falsas sobre si próprios, e daquilo que são ou devem ser. Segundo as suas representações de Deus, do homem normal, etc., têm instituído as suas relações”.

Representações do “homem normal”: a normalidade conferida às mulheres e homens que se enquadram nos perfis preconizados diante das necessidades capitalistas. A normalidade que têm o amor, a dedicação e o empenho pelo trabalho como pontos de destaque nos sujeitos que “aceitam” desempenhar o papel a eles conferido por Deus, como condição, também, de acesso à “vida eterna”.

O “homem normal”, portanto, é aquele que se insere no *mundo do trabalho* do Capital e “aceita” as condições ali colocadas. O “anormal”, inversamente, tem sua representação centrada na vadiagem, na preguiça e na indolência. Não raras vezes, entretanto, o “anormal” também difere do trabalhador por diferenças étnicas, regionais, culturais, econômicas e políticas. O branco trabalhador e o índio indolente, o imigrante trabalhador e o negro inapto para o trabalho assalariado, e o gaúcho empreendedor e o nordestino acomodado, exemplificam representações de normais e “anormais”.

Se as “idéias de uma época sempre foram as idéias da classe dominante”, sendo estas idéias, sob o capitalismo, “produto das relações burguesas de produção e propriedade” (MARX e ENGELS, 1998, p. 26 e 24), as representações (hegemônicas) de uma época também são as representações das elites. As representações de si e do mundo, dos outros e das relações que são estabelecidas, devem ser, sobretudo, compreendidas à luz das relações e atividades reais. Pois,

Os homens são os produtores das suas representações. idéias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até às suas formações mais avançadas (MARX e ENGELS, 1984, p. 22).

Portanto, as representações fazem parte da real. No ato de perceber e de apreciar, de conhecer e de reconhecer, os interesses, idéias, valores, concepções, práticas e representações, participam das relações materiais e simbólicas construídas e reconstruídas.

3. Índios e negros.

A *terra brasilis*, definindo no próprio nome o *tom* da colonização (de pau-brasil, *produto* altamente comercializável na Europa pela extração de matéria corante empregada na tinturaria), passava a reproduzir uma das máximas de Pero Vaz de Caminha: “aqui, em se plantando, tudo dá”, podendo ser reposta em *aqui, em se trabalhando, tudo se consegue*. Para a extração do pau-brasil foi necessário o trabalho de alguém. O índio foi a escolha. Não porque era considerado um trabalhador, mas porque

despojado de alma e o único a ser submetido, naqueles termos, ao trabalho pesado: “É graça aliás à presença relativamente numerosa de tribos nativas no litoral brasileiro que foi possível dar à indústria [do pau-brasil] um desenvolvimento apreciável” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 25).

Mesmo com a atuação fundamental do índio na extração do pau-brasil, a construção de sua imagem diante do europeu não retirou a pecha de diferente e inferior que, na centralidade do trabalho na *terra brasilis*, foi a vadiagem a sua primeira representação:

Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: *eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestação*. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas fartas, como se neste mundo só lhes coubesse viver (RIBEIRO, 1995, p. 45, *grifos nossos*).

Cabe ressaltar que a questão não se ateve apenas ao trabalho (e até pelo contrário), mas às concepções, práticas e modos de vida dos europeus e dos índios. É aqui que parece haver a necessidade de construção da representação da diferença como pressuposto fundamental na relação entre “superiores” e “inferiores”¹⁰⁴. A representação e atribuição de vadios aos índios estava associada ao seu “estágio” de “desenvolvimento civilizatório” (hoje “tecnológico”!) e não à possível negação do trabalho na extração do pau-brasil ou mesmo em outras atividades. O sentido do trabalho, para os europeus, estava centrado na possibilidade empreendedora dos povos. Em outras palavras, a “vadiagem” dos índios relacionava-se a sua “incapacidade” de progresso e evolução, nos termos europeus.

Mas, também, outro aspecto deve ser considerado, o da universalidade das idéias, representações, concepções e práticas, acarretando a inibição do diferente. Este aspecto está centrado na constante “necessidade” de afirmação de povos sobre outros. Para os europeus, e aqui em especial para os portugueses, a universalidade apresentava um componente importante que era o catolicismo (do grego *katholikós*, universal). A universalidade entendida e pretendida como verdadeira foi a do conquistador. Por isso, o fato do índio ser o principal trabalhador na extração do pau-brasil não o retirava de sua condição de diferente, neste caso de vadio, justamente porque o centro das concepções e práticas indígenas diferia substancialmente do centro das concepções e práticas do português.

É importante lembrar que o período de expansão ultramarina europeia e a expansão comercial, estão associadas ao início da construção do que se afirmaria, mais tarde, como modernidade, com anseio à universalidade. Como apontou Nascimento (2000, p. 62-63), a

[...] sociedade moderna é concebida como uma sociedade aberta, de grande mobilidade social, em que os indivíduos se constituem como personagens centrais. Movida pela racionalidade, tendo a ciência como a forma de saber central, seu sistema econômico é naturalmente vocacionado à universalidade, expulsando a idéia de exterioridade.

Assim, *projetando-se* à universalidade e “expulsando a idéia de exterioridade”, os europeus tinham nas suas concepções e práticas, e nas representações, a exclusividade do “fazer ver e do fazer pensar, de dar a conhecer e de fazer reconhecer”. As representações, no entanto, também são constantemente *ressignificadas e repostas*: se a “vadiagem” atribuída ao índio fora uma constante mesmo durante as atividades de exploração do pau-brasil, essa representação foi intensificada quando o trabalho indígena perde a centralidade no próprio centro dinâmico da economia colonial. Do pau-brasil à produção da cana-de-açúcar, a base da força de trabalho sofreu mudanças com a substituição progressiva da mão-de-obra indígena pela mão-de-obra escrava africana.

A representação do índio inapto para ao trabalho se acentuou justamente quando outro interesse se colocou em cena: o tráfico e a comercialização do negro. Mas e o negro, era apto ao trabalho? Possuía o negro uma pré-disposição maior que o índio para o trabalho nos canaviais, nos engenhos? É certo que as concepções e práticas de índios e negros eram diferentes... Mas deve-se considerar que os negros aprisionados para a escravidão se assemelhavam em muito aos índios; e o argumento de que muitas das tribos africanas já desenvolviam a escravidão é simplista para explicar a preferência pelos africanos. O

¹⁰⁴ Citando Meneses, Eduardo Yázigi (200), p. 48), aponta que “o semelhante é inofensivo, inócuo. E o diferente que encerra risco, perturba. Assim, a diferença está na base de todas as classificações, discriminações, hierarquizações sociais. Em outras palavras, não se precisam as diferenças apenas para fins de conhecimento, mas para fundamentar defesas e privilégios”.

argumento principal é de natureza econômica: a dificuldade crescente de aprisionamento de índios e a formidável lucratividade do tráfico do negro passou a ser o definidor para a opção desse novo sujeito para o trabalho. Ou seja, como ressalta Novais (1993), a escravidão colonial, do negro, deve ser entendida a partir do tráfico negreiro, como engrenagem ao sistema mercantilista de colonização por se colocar como um importante setor do comércio colonial.

Segundo Kowarick (1987), como prática altamente lucrativa o tráfico negreiro era um poderoso fator de acumulação primitiva. Portanto,

[...] como modalidade de exploração do trabalho engrenada plena e unicamente ao processo de acumulação primitiva, o trabalho cativo toma-se elemento de fundamental importância na trajetória que leva ao avanço do capitalismo europeu (KOWARICK, 1987, p. 23).

A substituição do trabalho do índio pelo trabalho negro, calcada também sobre as representações depreciativas sobre o primeiro, teve seu embasamento prático fincado sobre interesses econômicos advindos do próprio tráfico inter-continental de escravos. Portanto, a

[...] adoção do trabalho escravo se deveu, nesse contexto, à necessidade de maximizar os lucros através, por um lado, da superexploração de uma forma de trabalho compulsório limite — pois eram apropriados o trabalho e o trabalhador — e, por outro, às grandes vantagens comerciais que advinham do tráfico (SOUZA, 1990, p. 61).

É nesses termos que se deve considerar a presença do escravo negro no Brasil, e como ele participou da construção ou não das representações das diferenças que acabaram realçando a questão do trabalhador e do “vadio”.

Diferentemente do índio, o negro era traficado e chegava ao Brasil “despossuído” de sua humanidade. O negro não era nem trabalhador nem vadio: era escravo. Ao escravo não era possibilitado o “entrar e sair” do mundo do conquistado; ele nascia escravo e se formava dentro desse mundo ao ser embarcado nos navios do tráfico na costa africana. Portanto, a lentidão, o boicote e a sabotagem no trabalho derivavam de sua condição de cativo que estava em oposição à liberdade, e não a concepções e práticas que necessariamente destoassem das dos conquistadores. Isso não quer dizer que suas concepções e práticas eram as mesmas dos europeus; muito pelo contrário. E que seu mundo é “destruído” pela sua condição de “coisa”, de mercadoria. A representação de “coisa”, como construção dos traficantes e dos senhores no engenho, não lhe possibilitava transitar entre dois mundos, como os índios. Escravo e longe de sua terra de origem, o negro refletia no banzo¹⁰⁵ o “roubo” de sua alma.

Pelo menos até a substituição do escravo pelo “trabalhador livre”, pelo imigrante, na segunda metade do século XIX, representar e designar o negro como “preguiçoso”, “indolente” e “vadio”, fazia pouco sentido. Porque o negro era obrigado ao trabalho, diferente dos trabalhadores “livres” europeus que trabalhavam induzidos pela necessidade e ideologia do trabalho. E se, mesmo assim, os senhores e os feitores tinham no negro, além de escravo, também um vagabundo, porque resistia ao trabalho, isso deve ser compreendido à luz das relações escravistas: a compulsoriedade do trabalho, de um lado, e as práticas de resistência, de outro. Segundo Nascimento (2001, p. 43-44)

[...] o negro era vagabundo para o senhor de escravos se não produzisse o quanto este desejava, sendo que no odioso regime de escravidão, principalmente no eito, uma das formas de resistência era, obviamente, procurar se trabalhar o menos possível, ou mesmo não trabalhar, quando a vigilância e a repressão arrefecessem por quaisquer motivos.

A representação do “negro indolente” e pouco afeito ao trabalho começou a figurar no Brasil (ou no mínimo a se intensificar) quando o próprio sistema escravista entrou em crise (que se estendeu até o último quartel do século XIX), quando o tripé monocultura, latifúndio e escravidão entrou em colapso¹⁰⁶. Segundo Martins (1990, p. 28),

¹⁰⁵ “Banzo, saudade de negro, saudade de tudo aquilo que desejava ver e não via, da terra natal, da mãe Africa. O negro escravo definhava, com a alma apertada na goela, querendo evadir-se à procura das longínquas vivências costumeiras. De banzo, morria” (SILVEIRA, 1998, p. 35).

¹⁰⁶ A “crise do antigo sistema colonial”, segundo Fernando A. Novais (1993).

A dupla função da escravatura, como fonte de trabalho e como fonte de capital para o fazendeiro, suscitava, na conjuntura de expansão do crédito e dos cafezais, o problema de como resolver a contradição que nela se encerrava. Objetivamente falando, a solução inevitável seria a abolição da escravatura. Com a demanda crescente de trabalho escravo e conseqüente elevação do preço do cativo, os fazendeiros teriam que imobilizar parcelas crescentes de seus rendimentos monetários sob a forma de renda capitalizada, pagando aos traficantes de negros um tributo que crescia desproporcionalmente mais do que a produtividade do trabalho.

Era preciso, assim, substituir o escravo por outra força de trabalho em que era desnecessária a antecipação de capital¹⁰⁷.

Para tanto foi preciso, também, a construção de representações que justificassem a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado. Concomitantemente à necessidade de formação de um conjunto de trabalhadores “livres” que possibilitasse a “libertação” do escravo, representações dos negros eram construídas ou reforçadas, participando como componente ideológico indispensável às mudanças nas relações de trabalho. A condição de escravo e “coisa”, neste momento, passou a pesar fortemente como argumento para a construção das representações que o fizeram “livre”, mas também dispensável.

A condição de escravo retirava do negro uma possível condição de trabalhador, na representação de trabalho como enobrecimento dos sujeitos nele envolvidos. De sujeito indispensável para o trabalho durante mais de três séculos, o negro escravo passou a ser representado justamente por práticas que assumiu nesse longo tempo enquanto resistência à compulsoriedade do trabalho: o negro é lento no trabalho, indolente, sabotador e mais afeito à festa. Desprovido de hábitos de disciplina ao trabalho, pouco afeito ao mando e à ordem (já que a desobediência e as fugas eram constantes), o negro escravo passa a ser representado como atrasado e inapto para o trabalho livre.

Segundo Naxara (1998, p. 50),

[...] a superação da escravidão implicava a substituição completa do trabalhador. O escravo, da forma como era visto e na situação em que se encontrava, não correspondia ao ideal do trabalhador livre e não tinha condições para preencher o espaço que viria a se abrir com a abolição — faltavam-lhe requisitos básicos: mentalidade e preparo para o exercício do trabalho livre e da cidadania.

É importante registrar, no entanto, que as representações sobre o negro também deconeram da resistência frente à escravidão, como as revoltas, os assassinatos de senhores e o abandono da produção. Esse último aspecto demonstra que a abolição da escravidão no Brasil, se obedeceu a imperativos econômicos endógenos e exógenos, também foi resultado da luta de negros e abolicionistas.

A pretensa recusa ao trabalho, ou melhor, a um tipo específico de trabalho por parte do negro, ex-escravo, de subordinação a um senhor, a um patrão, foi e é um dos elementos ainda presentes na representação sobre o negro na atualidade. O maior envolvimento do negro pela festa (“Bahia é o estado mais festeiro do Brasil!”), samba, música, dança e futebol, é constantemente ressaltado para exprimir a menor propensão do negro ao trabalho. São ressignificadas, portanto, representações que envolvem os negros, geralmente trabalhadores e pobres, nas tramas de poder político, econômico e ideológico que justificam a “superioridade” e a “inferioridade”, o “trabalho” e a “indolência

4. “Desclassificados sociais”, nacionais e “excluídos desnecessários”.

As mulheres e homens do período colonial e imperial brasileiro não eram apenas escravos, índios, senhores de engenho, funcionários públicos e comerciantes. Havia uma camada bastante numerosa de pobres, mendigos, “vagabundos”, prisioneiros... Eram os “desclassificados sociais” que tinham como principal demérito a “apatia” pelo trabalho. Se a representação sobre os índios referentes à vadiagem foi um componente importante (não fundamental) para a sua substituição pelo escravo africano, aos

¹⁰⁷ As percepções do Brasil e da escravidão, construídas próximas à 1888, denunciavam o “peso” dos negros para o país: “obedecendo-se a uma impressão global, verifica-se que a gente preta é um pêso para o Brasil, formando a escravidão uma verdadeira chagam ainda pior para os senhores do que para os próprios escravos; e isso mais se nota atualmente [1882], nas vésperas de ser extinta” (BINZER, 1982: 121).

“desclassificados sociais” a representação de vadios teve como função o contraponto aos “homens bons”, livres e proprietários. O fato de não estarem subordinados à compulsoriedade do trabalho, não habilitava os “desclassificados sociais” à igualdade frente aos senhores de escravos, comerciantes e governantes. Portanto, dentre as *gentes* do período escravocrata, os “desclassificados sociais”¹⁰⁸ também desempenharam o papel de “inferiores”, como garantia e segurança da “superioridade” dos “homens bons”, trabalhadores, sobre a indolência e a preguiça.

A vadiagem é uma instituição que remonta à Idade Média¹⁰⁹. Durante séculos o pobre foi o “pobre de Cristo”, “o coitadinho que merecia ajuda e com o qual a população das vilas convivia sem escândalo” (SOUZA, 1990, p. 51). Por outro lado, o trabalho era concebido como sofrimento e dor ao mesmo tempo que depurava os pecados para que se alcançasse o paraíso: “O desprezo que o cristianismo tem pelo corpo, pela carne, *locus* do prazer e da sensualidade, é que leva à idéia de que ‘o trabalho dignifica o homem’. O corpo está sempre à mercê da sedução demoníaca por isso é preciso mortificá-lo” (GONÇALVES, 1998, p. 109).

Entretanto, com as grandes transformações no final do período medieval (convulsões, urbanização, comércio), as representações sobre a pobreza e a vadiagem tomaram novos contornos, sendo necessário combatê-las. O trabalho passava a ser alardeado como o salvador das “pessoas boas” contra o perigo dos “homens maus”: “o trabalho obrigatório para todo homem pobre válido, integrante não mais da legião dos “coitadinhos de Cristo”, mas da “classe perigosa” que começava a assombrar as cidades e os burgos no outono da Idade Média” (SOUZA, 1990, p. 54).

A burguesia, além da transformação das relações materiais, necessitava da construção de um novo conjunto de idéias. A concepção de trabalho, nessa construção, foi um dos pilares da ideologia burguesa. A crítica ao ócio aristocrático toma grande vulto a partir dos séculos XV e XVI:

À burguesia mercantil não interessava o ócio. Ao contrário, é da negação do ócio, do negócio, que ela vive: a preocupação de ampliar seus negócios impele a burguesia a se interessar pelo conhecimento das técnicas que tornem possível aumentar a gama de produtos que comercializa no mercado. A preocupação com a produtividade, sinônimo de eficácia do trabalho no universo burguês, expresso *pelo mais* (e não pelo melhor) que se produz numa determinada unidade de tempo, vai ser consagrada, sobretudo com a Revolução industrial dos séculos XVIII e XIX (GONÇALVES, 1998, p. 110).

Com isso, o trabalho passou a se tornar um conceito positivo. Por outro lado, no Brasil,

Partindo-se da análise da estrutura econômica da colônia, pode-se constatar que havia condições favoráveis à proliferação de desclassificados: nas suas linhas gerais, tratava-se de uma colônia de exploração voltada para a produção de gêneros tropicais cuja comercialização favorecesse ao máximo a acumulação de capital nos centros hegemônicos europeus. Uma economia de bases tão frágeis, tão precárias, centrada na grande propriedade agrícola e na exploração em larga escala, estava fadada a arrastar consigo um grande número de indivíduos, constantemente afetados pelas flutuações e incertezas do mercado internacional. Ao mesmo tempo, impedia que os desprovidos de cabedal tivessem acesso às fontes geradoras de riqueza” (SOUZA, 1990, p. 61-62).

Os “desclassificados sociais”, portanto, faziam parte da própria estrutura do antigo sistema colonial. Diferente de parte das Treze Colônias inglesas, em especial as do nordeste norte-americano, o Brasil, enquanto *colônia de exploração*, impossibilitava (e até proibia) o desenvolvimento de outras atividades desconectadas dos interesses dos senhores, dos comerciantes e da Coroa Portuguesa.

No entanto, ficaram as mulheres e homens não participantes da economia central colonial à revelia dos interesses das elites:

¹⁰⁸ Segundo Caio Prado Júnior, “A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio “senhor e escravo”. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país” (PRADO JR., 1998, p. 198).

¹⁰⁹ “Aliás, a detenção do vadio — uma instituição que vinha da Idade Média — projetou-se no Brasil até a Constituição de 1988, quando foi derrubada a contravenção definida como “vadiagem”, que dava à polícia o direito de detenção de qualquer pessoa por ao menos 24 horas” (LESSA, 2000, p. 13).

A camada dos desclassificados ocupou todo o “vacuo imenso” que se abriu entre os extremos da escala social, categorias “nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização”. Ao contrário dos senhores e dos escravos, essa camada não possuía *estrutura social configurada*, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório. Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser antieconômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (o feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio) (SOUZA, 1990, p. 63).

Também de acordo com Kowarick (1987), antes da abolição da escravidão, os “nacionais” [trabalhadores pobres e livres] estiveram presentes onde o cativo, pelos riscos de fuga ou perigos inerentes a certas atividades, era pouco utilizado, tais como transportes, abertura e conservação de estradas, obras públicas. Faziam também o desmatamento e cumpriam a tarefa de desbravamento do vasto território. Os “nacionais” também trabalharam na implantação de ferrovias, em atividades de subsistência, em guerras e sublevações, como executores da violência na conquista e manutenção das propriedades e repressão aos escravos. Era, portanto, “mão-de-obra acessória” (KOWARICK, 1987, p.109-110).

É nos “desclassificados sociais” que a representação da vadiagem no período colonial assumiu sua centralidade. Não-escravos, pobres: vadios. Entretanto, “vadios” que foram continuamente dirigidos para “atividades esporádicas” nas quais a utilização do escravo era inviável. Atividades secundárias, mesmo que importantes, mas que, mesmo assim, impediram o reconhecimento dos sujeitos participantes como trabalhadores, justamente por não estarem diretamente ligadas à produção do mais-trabalho capaz de ser expropriado, também diretamente, pelas elites econômicas.

Fora da centralidade das atividades altamente lucrativas restava o lugar dos “desclassificados sociais”, os trabalhadores-“vadios” de atividades secundárias. Foram eles aproveitados nas *bandeiras* e *entradas* que entravam pelo mato (sertão, interior), na construção e manutenção dos presídios, no trabalho em obras públicas, nos corpos de guarda pessoal e de polícia privada, nas expedições para a expansão territorial e frentes de povoamento e nas milícias coloniais (SOUZA, 1990). Uma mão-de-obra alternativa à escrava, uma espécie de *exército de reserva da escravidão*:

Era assim que a vadiagem, a desclassificação social, se atrelava a um novo contexto, no qual a utilidade ganhava destaque mas convivia também com o ônus”. [...] O ônus eventualmente representado pelos desclassificados convertia-se, através do *castigo*¹¹⁰, em *trabalho*, e portanto, em *utilidade* (SOUZA, 1990, p. 73 e 74).

Com a independência política do Brasil em 1822, a estrutura econômica-social permaneceu praticamente inalterada. O latifúndio, a monocultura e a escravidão persistiram, alinhados, até o fim do século XIX. O latifúndio se manteve e, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, o café começava a despontar como um produto importante e com grande aceitação, principalmente para os mercados europeus. Internamente o eixo econômico também se transferia territorialmente: das decadentes *regiões* nordeste – açucareiro — e mineira, as *minas gerais* — mineração — para o Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo, onde se proliferavam as plantações de café. O desenvolvimento da atividade cafeeira foi parte, de acordo com Prado Júnior (1998), do renascimento agrícola iniciado em fins do século XVIII, e que tomaria vulto considerável no século seguinte. A mão-de-obra utilizada, até 1888, continuou sendo a do escravo negro, priorizando, semelhante ao nordeste, apenas uma cultura.

Persistiram, assim, as relações entre senhores e escravos, entre traficantes e negros, entre fazendeiros e comerciantes... E persistiram existindo os “desclassificados sociais”¹¹¹. Agora *brasileiros*:

¹¹⁰ A multiplicação dos pobres e livres no interior da cidade escravagista engendrou um sistema ampliado de controle social. A polícia foi conferido o direito de controlar a vadiagem, ou seja, foi-lhe concedida autoridade para vigiar a livre circulação na cidade — uso imenso do poder sobre o pobre urbano. Quem não tivesse residência e meio de subsistência comprovados podia, ao arbítrio da autoridade policial, ser colocado em trabalhos forçados por exemplo, em obras públicas. Os melhoramentos urbanos no Rio do século XIX e as primeiras estradas cafeeiras (da Polícia e do Comércio) foram construídas com “vadios” arrematados à força” (LESSA, 2000, p. 12-13).

¹¹¹ Às vésperas da independência, no final do século XVIII, “a população residente no Brasil atingia quase 3 milhões de habitantes, dos quais quase a metade era formada por livres e libertos: indivíduos de várias origens sociais, cujo traço comum residia na sua desclassificação em relação às necessidades da grande propriedade agroexportadora” (KOWARICK, 1987, p. 28).

os *nacionais*¹¹². Não há dúvidas que a maior parte deles, senão todos, assistiram “bestializados”¹¹³ a proclamação da independência. Independência que provocou, desde o seu início, a problematização da continuação ou não do regime escravocrata, motivada tanto por questões externas (pressão inglesa, Revolução Industrial) e questões internas (preço do escravo, fugas, rebeliões, movimento abolicionista). Um problema que se avolumou e se colocou claramente para os fazendeiros e para o Estado com o ato inglês “Bill Aberdeen”, que declarou lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico africano, e a Lei Eusébio de Queirós de 1850 aprovada pelo Parlamento brasileiro, que declarava ilegal o tráfico negro.

Colocou-se para os fazendeiros de café e para o Estado brasileiro, de maneira mais incisiva na segunda metade do século XIX, a questão da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; em outras palavras, do trabalhador compulsório para o trabalhador livre assalariado. As motivações que levaram à substituição foram apontadas no tópico anterior, mas vale ressaltar que o alto custo do escravo, principalmente com a necessária antecipação de capital para a sua compra, juntamente com o movimento abolicionista e a pressão internacional, foram condicionantes importantes.

Mas sem escravos, era preciso encontrar uma solução que assegurasse a disponibilidade de mão-de-obra. Seriam, agora, os *nacionais*? Não:

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela “escola do trabalho”, sendo freqüentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho”, ao mesmo tempo que, para os nacionais pobres, todo trabalho manual era considerado coisa de escravo, em deconência, aviltante e repugnante. (KOWARICK, 1987, p. 47-48).

Não poderiam ser eles, portanto, os “escolhidos” para comporem o elemento humano no qual estava se construindo a idéia de nação: o povo brasileiro.

Era necessário um novo sujeito para fazer progredir o Brasil; era preciso investir no *branqueamento do povo brasileiro*; era, para isso, imprescindível o trabalho de alguém de fora. O imigrante foi o escolhido uma vez que para o desenvolvimento do “progresso” impulsionado pelo imaginário existente, esses trabalhadores viriam disciplinados:

o trabalhador ideal — aquele que reunia em si, enquanto agente coletivo, de forma acabada, todas as qualidades do bom trabalhador — sóbrio e morigerado. Elemento capaz de, por si só, promover a recuperação da decadente raça brasileira nos mais diversos aspectos: sangue novo, raça superior (branca), civilizado, disciplinado, trabalhador, poupador, ambicioso... No extremo oposto desse imaginário, como contrapartida, estava o brasileiro — vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior. Foi, portanto, da depreciação do brasileiro como tipo social que emergiu a valorização do imigrante (NAXARA, 1998, p. 63).

Parte dos imigrantes foram deslocados para a formação de colônias agrícolas no sul do país, principalmente alemães e italianos. Parte dos imigrantes ingressaram em atividades industriais e urbanas. Mas, a maior parte deles foi dirigida para as grandes fazendas de café do sudeste, com destaque para São Paulo. No entanto, cabe ressaltar que as relações de produção e de trabalho nas fazendas de café que se desenvolveram com a introdução da mão-de-obra imigrante não foram tipicamente capitalistas. O “regime de colonato” envolvia uma complexa gama de relações entre a família do imigrante e o fazendeiro de café, desde o endividamento progressivo junto ao armazém da fazenda até o desenvolvimento de atividades complementares pelo imigrante e sua família, como a produção de alimentos para a subsistência (MARTINS, 1990). Não deixaram de ocorrer, no entanto, conflitos de interesses entre fazendeiros e imigrantes.

Esses conflitos, por sua vez, foram importantes para a reconstrução, pelo menos parcial, das representações sobre os imigrantes:

¹¹² “Nos documentos do século XIX e início do XX usou-se o termo nacional quando se pretendeu falar da população pobre, (mal)nascida no Brasil, em geral mestiça, pertencente ou egressa da escravidão” (NAXARA, 1998, p. 15).

¹¹³ Um paralelo a “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi”, em que José Murilo de Carvalho (1987) discutiu a relação entre o povo de Rio de Janeiro e a proclamação da República, em 1898.

A construção mítica e romantizada do imigrante como trabalhador ideal quebrou-se sob o impacto das relações efetivas de trabalho e do choque e distância existentes entre os desejos e interesses de imigrantes e fazendeiros. Foi utilizada de forma ambígua, dependendo do ponto de vista que interessava defender (NAXARA, 1998, p. 67).

Por outro lado, ocorreu a necessidade da “produção ideológica da noção de trabalho” para o imigrante; segundo José de Souza Martins:

A autonomia do trabalhador, preconizada no que tenho chamado de ideologia do trabalho, embora fosse ideologicamente mobilizada pelos setores mais conspícuos da burguesia cafeeira, era sabotada na prática. (...) A idéia é a de que os imigrantes deveriam cultivar as principais virtudes consagradas da ética capitalista (MARTINS, 1990, p. 129-130).

Mesmo com a primazia dos imigrantes frente aos nacionais, depois da abolição da escravidão os últimos tiveram papel importante enquanto mão-de-obra. Segundo Kowarick (1987), os nacionais foram mais absorvidos pelas áreas de economia estagnada, em tarefas mais árduas e de menor remuneração como o desbravamento e preparo da terra. Assim, foram incorporados às tarefas produtivas onde não acorreram imigrantes: lá trabalhou e, como por encanto, de um momento para outro, deixou de ser “vadio”. Também em atividades acessórias e residuais na indústria o trabalhador nacional teve importante participação¹¹⁴. Portanto, mesmo “vadio”, trabalhou!

Assim, tanto foram produzidas representações sobre os nacionais (os *vadios*) quanto para os imigrantes (os *trabalhadores*). Mas, já no início do século XX tais representações começaram a sofrer significativas mudanças. Três condicionantes podem ser apontadas para compreendê-las: (1) a primeira guerra mundial que passou a dificultar a entrada de estrangeiros no Brasil; (2) os conflitos tanto nas fazendas de café como na indústria nascente entre empregados e patrões, motivados principalmente por imigrantes que traziam da Europa concepções político-ideológicas anarquistas e socialistas; e (3), a necessidade crescente para a indústria tanto de mão-de-obra quanto da formação de um “exército industrial de reserva”.

De acordo com Kowarick (1987), quando começa a cair o número de imigrantes principalmente em decorrência da primeira guerra mundial (1914-1918), a propalada vadiagem do nacional passou a se mostrar inconseqüente. Nesse momento, houve empenho do discurso dominante para recuperar o “braço nacional” (o nordestino atingido pelas secas, por exemplo), com apelo ao espírito de “comunhão brasileira” acima dos regionalismos antinacionais. Assim,

‘estava sendo minada a secular percepção segundo a qual os nacionais eram vadios, corja inútil imprestável para o trabalho disciplinado’, pois, ‘tradicionalmente estigmatizado de apático, preguiçoso ou vagabundo, o braço pátrio poderia e deveria ser regenerado, pois sua indolência era conseqüência do abandono a que fora relegado’, dando mostra de sua bravura na Amazônia como o ‘sertanejo do Norte’ (KOWARICK, 1987, p. 120-124).

Por outro lado, características positivas sobre os nacionais começam a ser produzidas, principalmente em contraposição às práticas e concepções do movimento operário nascente no Brasil:

Sua desambição [do nacional] passa a ser encarada com parcimônia de alguém que se contenta com pouco, não busca lucro fácil, e, sobretudo, não reivindica; a inconstância traduz-se enquanto versatilidade e aptidão para aprender novas tarefas, e o espírito de indisciplina metamorfoseia-se em brio e dignidade (KOWARICK, 1987, p. 124).

A indolência, por sua vez, não é mais atribuída à preguiça ou à vadiagem, mas à falta de oportunidades de trabalho.

¹¹⁴ No Rio de Janeiro a participação de trabalhadores nacionais na indústria foi bem mais expressiva que em São Paulo. Talvez isso tenha contribuído para a produção, no imaginário social brasileiro, das representações do carioca mais afeito à malandragem, ao samba, ao bar e à festa.

Mas, nem todos os nacionais foram “aproveitados” como mão-de-obra para a indústria ou outras atividades urbanas. Nem todos os paulistas e cariocas, por exemplo, mudaram suas representações sobre as mulheres e homens nordestinos, “nortistas”, mestiços, mulatos, caboclos e caipiras. Nem todas as representações preconceituosas sobre os trabalhadores pobres foram rompidas, como ignorantes e preguiçosos. No entanto, tiveram, durante todo o século XX, participação importante na expansão da produção agropecuária ou não, nas sucessivas *frentes de expansão* para o oeste paulista, norte e oeste paranaenses, para o Mato Grosso e para a Região Norte do Brasil. Tiveram papel importante na indústria da construção civil das grandes cidades ou no corte de cana de açúcar nas regiões produtoras, como Ribeirão Preto (SP), por exemplo.

Com os apontamentos até aqui levantados sobre os índios, negros, “desclassificados sociais” e sobre os *nacionais*, tentamos demonstrar a construção e reconstrução de representações de “não-trabalhadores”, tidos como vadios, e, por extensão, imbuídos de um espírito e prática da preguiça, da “vida mansa”, da “folga” e da falta de arrojo e iniciativa. Por outro lado, entretanto, esses mesmos “vadios” foram participantes importantes na produção das riquezas coloniais (até 1822) e nacionais, sem perder, no entanto, a representação de indolentes e inferiores frente aos “desafios” que a lógica central do trabalho (capitalista) apresentava.

Tais representações continuaram presentes em todo o século XX. Da representação do imigrante europeu e asiático como superiores sobre o negro, índios e *nacionais*, à representação da superioridade dos “profissionais qualificados” sobre a “incompetência” dos milhões de brasileiros desempregados do mercado formal de trabalho, tais representações espalharam-se vertiginosamente sobre os lugares e mulheres e homens do Brasil. Representações que, em escalas diversas, construíram preconceitos e imagens que colaboram, ainda, na valoração de certos grupos e classes sobre outros.

Paulistas e cariocas, gaúchos e nordestinos, brancos e negros, brancos e índios, brasileiros e paraguaios, brasileiros e hispânicos¹¹⁵, sulistas e nortistas, empregados e desempregados, médicos e catadores de papelão, “trabalhadores limpos” e trabalhadores braçais, competentes e incompetentes, qualificados e não-qualificados... Oposições que são sustentáculos de representações sobre as mulheres e homens trabalhadores e sobre as mulheres e homens “pouco afeitos” ao trabalho, e que, pelas condições de sobrevivência nas quais se inserem, foram incapazes, por herança genética, cultural ou regional, ou por determinismos climáticos como o calor dos trópicos¹¹⁶, de subirem e vencerem na vida.

Mas sobrevivem. Muito mais que mendigar e roubar, os “desclassificados sociais” de hoje inserem-se em atividades às mais variadas possíveis. Desde a prostituta pobre (e para os pobres) ao biscateiro, as mulheres e homens “sem qualificação” e destituídos de postos no mercado de trabalho formal participam no desenvolvimento de inúmeras às atividades. De “vadios”, “incompetentes” e “desqualificados”, buscam sem a possibilidade de escolha, nas atividades mais degradantes possíveis, alcançarem o *status* de trabalhador tão importante numa sociedade que despreza e rechaça a preguiça¹¹⁷.

Já para os mendigos, as representações atuais construídas os retiram da própria condição de mulheres e homens, criando a “dessemelhança entre os seres humanos” (BUARQUE, 2000, p. 8). Os mendigos nas ruas “Não são homens ou mulheres efetivamente, pois não são assim representados pelos que vão às compras ou ao trabalho” (NASCIMENTO, 2000, p. 56). Destituídos da condição de humanos, os moradores das ruas formam uma “nova”camada (social?!) que os distancia não apenas do mercado

¹¹⁵ Teresa Sales, discutindo a identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, nos Estados Unidos, observou que “Ao afirmar sua marca identitária como povo trabalhador, o imigrante brasileiro de certo modo reproduz lá fora o que, um século atrás, era aqui no Brasil imputado como marca também do imigrante estrangeiro (o italiano, o japonês, etc.), em contraposição ao brasileiro nativo, aqui tido então por aqueles imigrantes estrangeiros como um povo preguiçoso. Nos Estados Unidos o brasileiro também arranhou o seu *alter ego* preguiçoso. Não o americano, com o qual sua alteridade se estabelece em uma posição subordinada no trabalho e que contribui para reforçar sua marca de povo trabalhador. Mas o Hispânico.” (...)“Em alguns poucos casos esse estereótipo de não trabalhar e viver do *Welfare* é também imputado aos negros americanos” (SALES, 1999, p. 41).

¹¹⁶ Segundo a percepção de Ina Von Binzer, em 1882, “O norte-americano respeita o trabalho e o trabalhador (...) O brasileiro, menos perspicaz e também mais orgulhoso, embora menos culto, despreza o trabalho e o trabalhador. (...) diz Smarda as mesmas coisas que acabo de afirmar: ‘Nos trópicos ninguém trabalha com prazer’ (BINZER, 1982, p. 122).

¹¹⁷ “ Em “O direito à preguiça”, Paul Lafargue enfatizou: “o proletariado, a grande classe que abrange todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao se emancipar, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre o proletariado, traíndo seus instintos, desconhecendo sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Duro e terrível foi seu castigo. Todas as misérias individuais e sociais nasceram de sua paixão pelo trabalho” (LAFARGUE, 2000, p. 67).

formal de trabalho e em decorrência de direitos assegurados pela legislação trabalhista e previdência social, como também da linha limite entre a “civilização” e a “barbárie”¹¹⁸.

A distância social, econômica, política e cultural, é um elemento importante para a reprodução da segregação espacial. “Tender a segregar é um processo em andamento, alimentado pela estigmatização do ‘estar na rua’ e por uma neo-satanização da pobreza em geral e da população de rua em especial” (LESSA, 2000, p. 17). O estigma¹¹⁹ sobre o outro, o diferente, constitui-se numa construção de repulsa a características representadas como anormais pela maioria da sociedade. Na sociedade do trabalho, qualquer atitude *desviante* sofre a construção de representações que dificultam a sua vivência e aceitação no meio social. Assim, o indivíduo excluído não é simplesmente quem é rejeitado física, geográfica ou materialmente, ele não apenas é excluído da troca material e simbólica, como também (e principalmente) ocupa um espaço negativo na representação social dominante” (TOSTA, 2000, p. 204).

Parte da mais recente reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, da ideologia do mercado pleno, do Estado Mínimo e nas políticas neoliberais, os “excluídos” também são representados como inúteis e perigosos. Portanto, para a compreensão do fenômeno da nova exclusão social é necessário, hoje, introduzir a dimensão da representação social: “Os grupos sociais sujeitos à exclusão social sofrem uma mutação na forma como a sociedade os representa. Deslocam-se de uma representação da diferença, de diversidade, para uma de dessemelhança” (NASCIMENTO, 2000, p. 68).

A representação de “dessemelhança” é decorrente, sobretudo, da reestruturação produtiva capitalista que ao gerar uma drástica diminuição de postos de trabalho (informatização, robotização, flexibilização do trabalho, etc.), também criou um abismo praticamente intransponível entre os tecnologicamente desqualificados e os reduzidos postos de trabalho que são abertos. Decorre disso que, se os excluídos do mercado formal de trabalho de décadas passadas tinham oportunidades, por mínimas que fossem, de conseguir um emprego, atualmente essas oportunidades são muito reduzidas (até porque a distância entre um analfabeto e o posto de trabalho de maior exigência de qualificação era extremamente menor que atualmente). Não é por acaso, portanto, que os excluídos de hoje “possam” ser, cotidianamente, eliminados por grupos de extermínio, por grupos neo-nazistas ou mesmo pelos filhos da classe média-alta, que incendiam “corpos” deitados nos pontos de ônibus porque “apenas pensavam que eram mendigos”¹²⁰.

Assim, se pobreza e segregação são elementos constantes na história, como colocou Marcel Bursztyn,

sempre houve um certo elo orgânico entre os mundos da riqueza e da pobreza: o trabalho e a inevitável interdependência entre os dois lados. Mas os tempos atuais estão mostrando uma nova realidade: a separação, pela crise do mundo do trabalho, entre os mundos da riqueza e da pobreza que se vai tornando *excluída* (BURSZTYN, 2000, p. 36).

Se os “desclassificados sociais” do Brasil-Colônia apresentavam-se como um “exército de reserva da escravidão”, hoje um maior número de pessoas se transforma de exército de reserva em lixo industrial¹²¹, das quais decorrem novas representação social e exclusão:

A nova exclusão social constitui-se de grupos sociais que se tornam, em primeiro lugar, desnecessários economicamente. Perdem qualquer função produtiva, ou se inserem de forma marginal no processo produtivo, e passam a se constituir em um peso econômico para a sociedade (dos que trabalham e/ou têm renda) e para os governos (NASCIMENTO, 2000, p. 69-70).

¹¹⁸ “Por mais diferentes que fossem, culturalmente, quando aqui se encontraram há 500 anos, os portugueses e os índios tinham mais em comum, do ponto de vista das condições de vida, do que um rico em relação aos moradores de rua da mesma cidade” (BUARQUE, 2000, p. 9).

¹¹⁹ Estigma: “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMANN, 1988, p. 7).

¹²⁰ A violência e a exclusão social nos grandes centros urbanos estão fortalecendo processos de subjetivação que produzem juízes e autores como sujeitos necessários à “limpeza” do corpo social “enfermo”: “Enfermo” que são competentemente construídos para serem percebidos como ameaçadores e perigosos através de identidades que lhes são conferidas. Identidades modeladas de tal jeito que suas formas de sentir, viver e agir são tornadas homogêneas e vistas como negativas, menores e desqualificadas” (COIMBRA, 1999, p. 12).

¹²¹ De acordo com Viviane Forrester. : “Uma quantidade importante de seres humanos já não é mais necessária ao pequeno número que molda a economia e detém o poder. Segundo a lógica reinante, uma multidão de seres humanos encontra-se assim sem razão razoável para viver neste mundo, onde, entretanto, eles encontraram a vida” (FORRESTER, 1997, p. 27).

Mas, discriminados e representados socialmente como bandidos e perigosos, os sem-trabalho e moradores de rua, também incompetentes e preguiçosos por estarem em tal situação, participam dos *projetos* das classes dominantes ao possibilitarem a *visualização* e os resultados da uma “vida sem esforço”, “sem dedicação” e “sem visão moderna”, para aqueles que acreditam no trabalho como bem supremo. Discriminação e representação sociais que, no entanto, encobrem um elemento já estruturalmente presente: a exclusão econômica absoluta. O “excluído moderno” já constitui-se como “um grupo social que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado. É este último aspecto que funda a nova exclusão social” (NASCIMENTO, 2000, p. 81).

E, atualmente, pela eliminação física “ainda” ser politicamente incorreta, os “desclassificados sociais” sobrevivem. Sobrevivem movidos pelos reflexos da ideologia da centralidade do trabalho, com a esperança de ingressarem, um dia quem sabe, no mercado formal. E ter um emprego. Mas, como colocou Forrester (1997, p. 11),

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tomados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos.

Aos “vadios”, o trabalho, atualmente, parece ter perdido o sentido... Velhas e novas relações materiais e simbólicas participam do velho-novo “mundo do trabalho”. Velhas e novas representações rodeiam as mentes e os corações... Mas eles estão aí. Os “desclassificados sociais”, mais do que nunca, estão tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes, como o lixo produzido diariamente e levado para junto dos ratos, urubus, mosquitos e *gentes* - para bem longe dos “trabalhadores”, “puros” e “dedicados” à construção e edificação do *Brasil Gigante*.

5. Considerações finais: as diferenças, a igualdade e o poder.

5.1. Sobre as diferenças.

As representações construídas e reconstruídas por e sobre as mulheres e homens, inseridos nas relações de produção e de trabalho, lidaram e lidam com a questão das *diferenças*. São *diferentes* índios e europeus, negros e brancos, gaúchos e nordestinos, vadios e trabalhadores, competentes e incompetentes... Foi sobre *diferenças* que representações depreciativas, preconceituosas e discriminatórias foram construídas. Foi sobre *diferenças* que idéias, valores, concepções, práticas e *projetos* foram erigidos em nome da ordem, do progresso e do bem-estar para “todos”. Foi sobre *diferenças* que as classes dominantes mantiveram o poder da construção de representações sobre o “outro”. Foi sobre *diferenças* que parcela dos dominados foram representados como vadios, preguiçosos, pouco afeitos ao trabalho, indolentes, perigosos e inúteis, dos “desclassificados sociais” aos “economicamente desnecessários”.

A ênfase nas diferenças, constantemente, foi *obra* dos dominadores¹²².

Hodierna, a defesa das *diferenças* é uma luta das esquerdas¹²³!

A questão é: a ênfase da *diferença* não roubaria perigosamente a cena da igualdade e, por extensão, como acentuado por Pierucci (1999, p. 54), “quem pode garantir que, em meio a essa pós-moderna celebração das diferenças, as pulsões de rejeição e de agressão não venham a se sentir autorizadas a aflorar, crispadas de vontade de exclusão e profilaxia”?

¹²² Como acentuou Antônio Flávio Pierucci, “a pavilhão da *defesa das diferenças*, hoje empunhado à esquerda com ares de recém-chegada inocência pelos “novos” movimentos sociais (o das mulheres, o dos negros, o dos índios, o dos homossexuais, os das minorias étnicas ou linguísticas ou regionais etc.), foi na origem — e permanece fundamentalmente — o grande signo/desígnio das direitas, velhas ou novas, extremas ou moderadas. Pois, funcionando no registro da evidência, as diferenças explicam as desigualdades de fato e reclamam a desigualdade (legítima) de direito” (PIERUCCI, 1999, p. 19).

¹²³ E aqui, por esquerda, entende-se como “aquele que pretende, acima de qualquer coisa, *libertar* seus semelhantes das *cadeias* a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc.” (COFRANACESCO, *apud* BOBBIO, 1995, p. 81).

Qual o sentido que a defesa das *diferenças* pelos setores e movimentos sociais progressistas apontam, em superação da histórica “defesa das diferenças” construída pelos dominadores?

Sem pretensão à solução da questão, talvez um dos grandes desafios para os que lutam pela transformação da realidade, seja justamente realçar as *diferenças* como condição de igualdade. Em outras palavras, se fazer *igual* nas *diferenças* e se fazer *diverso* na *unidade*.

5.2. Sobre a igualdade.

Octavio Souza (1994), a partir um viés psicanalítico, diz que o exotismo e o racismo resultam de nossa incapacidade para lidar não com o diferente, mas com o igual. Tendo por base o “estranhamento familiar” elaborado por Freud, o autor ressalta a “angústia da castração” como um componente importante para a construção no outro (o estranho, o eu-outro) da “suposição de um outro não-castrado, ou seja, de um outro que não encontra limites para seu arbítrio, que pode dispor de minha virilidade para sua própria fruição”. A definição do outro como exótico seria a tentativa de dominar a familiaridade íntima daquilo que não se quer reconhecer em sim mesmo (cf. SOUZA, 1994, p. 132e 136).

Já o racismo, ao lado do exotismo, é a outra modalidade de domínio sobre o estranho que o outro representa. O racismo sempre existiu ao lado das *diferenças*. Mas, com o advento da Revolução Francesa e o ímpeto da exigência de igualdade, o racismo se exacerba porque as *diferenças*, até então explicitadas pelo nascimento e condição social, passam a ser definidas pela relação que o *eu* estabelece com o *outro*, entre um “superior” e um “inferior”. Ou seja, enquanto as *diferenças* se colocavam pela própria dinâmica sócio-econômica, como entre senhores feudais e servos, o racismo não precisava ser construído; mas quando é proclamada a igualdade entre todos, práticas e concepções racistas assumem nova tessitura, no sentido de que “há no racismo o projeto de se tornar outro pelo igualamento da própria diferença que se pretende anular” (cf. SOUZA, 1994, p. 140).

Na mesma direção, e também sob o prisma psicanalítico, Chnaiderman (1996, p. 85) contesta o freqüente entendimento de que o racismo resulta da impossibilidade de lidar com a diversidade. Para a autora, o racismo provém justamente do contrário, ou seja, da incapacidade em “ver o diferente tornar-se o mesmo”. Ressalta ainda, nesse sentido, que a “diferença protege a identidade” e que a “diferença é tranquilizadora”: “É no momento que se tem medo de perder a identidade, de uma perda de contorno próprio, que se precisa definir algo de diferente no outro”.

Referindo-se a Octavio Souza, também Chnaiderman (1996, p. 90) destaca a “angústia da castração”, ressaltando que “o racismo e o exotismo estancam a angústia, pois são modos de dizer o que é mais íntimo em cada um de nós, sem assumi-lo como nosso. No racismo, odiamos o que está em nós atribuindo-o ao estrangeiro”, ao outro.

Mesmo com o risco de simplificação, arriscamos a construção de uma hipótese relacionando as posições dos autores acima e as questões que levantamos sobre as representações construídas de trabalhadores e de não-trabalhadores. A produção e a reprodução atuais de representações sobre as mulheres e homens fora do mercado formal de trabalho, na condição de subempregados ou desempregados, como “vadios” e “inúteis”, resultaria da incapacidade de apreendê-los como iguais; a necessidade dos “trabalhadores” apontarem diferenças sobre os “não-trabalhadores” aparece como mecanismo confortante para a aceitação de sua própria condição, uma vez que a exacerbação dessas diferenças é também tranquilizante para aquilo que se é. Por outro lado, pela “angústia de castração” que impede ser o que o *outro* é, um não-castrado, as representações sobre os “não-trabalhadores” refletem o que no mais íntimo (familiar) dos “trabalhadores” se coloca mas que não é assumido como tal; em outras palavras, o desejo de “preguiça”, de “vadiagem” e do *ficar à toa* que permeia o âmago dos “trabalhadores”, é negado e transposto para o *outro* (como inferior e menor), pois o trabalho ocupa a referência central na construção de mulheres e homens “dignos”.

5.3. Sobre o poder.

A produção e a reprodução de representações encerram relações de poder: quem pode e quem não pode ser “digno”, através do trabalho...

Esse poder, no entanto, se coloca para além do Estado e se espraia por todos as plagas, mentes e corpos de mulheres e homens. Não é apenas o poder de Estado, instrumentalizado política, jurídica e militarmente, que define, julga, reprime, aprisiona e mata os que “não querem” trabalhar. Cada olhar, na rua ou em casa, é um potencial julgador sobre os que “teimam” em se manter na preguiça. Segundo Foucault (1996, p. 161-2), o “indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças”.

Assim, se o poder é uma relação, as representações sobre os “trabalhadores” e os “não-trabalhadores” também dependem da forma que cada um estabelece suas relações com o Estado, com a classe dominante, com as mulheres e homens do *mundo do trabalho*; mas, também, com as mulheres e homens despojados, porque parte das relações capitalistas, das possibilidades de venderem, formalmente, sua força de trabalho.

Enfim, persistindo as atuais estruturas e *microfísicas* de poder, encampadas também pelas representações que quotidianamente realçamos, a concepção dicotomizada entre trabalho e ócio e entre “trabalhadores” e “vadios”, continuará tão vívida quanto a angústia que permeia o corpo e a mente do trabalhador no seu quinto dia de férias, quando já não lhe é possível “*saborear a vida*” para além das oito horas diárias de trabalho.

6. Referências Bibliográficas.

- BINZER, I.V. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- BOBBIO, N. **Direita e esquerda**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: EdUNESP, 1995.
- BUARQUE, C. Apresentação — Olhar a (da) rua. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, pp. 7-10.
- BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão — o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**. Rio de Janeiro: Garamond. 2000, pp. 27-55.
- CARVALHO, J.M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHNAIDERMAN, M. Racismo: o estranhamento familiar: uma abordagem psicanalítica. In: SCHWARTZ, L. & QUEIROZ, R.S. (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 83-95.
- COIMBRA, C.M.B. (Coord.). **Violência e exclusão social. Estudos e Pesquisas 5**. Niterói: EdUFF, 1999.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. Tradução de Álvaro Lorencino. São Paulo: EdUNESP: 1997.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 12.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- FRANCO, M.S.C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3.ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.
- GALETTI, L.S.G. **O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá — MT: Departamento de História ICHS/UFMT, 1999.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- GONÇALVES, L.A.⁰ & SILVA, P.B.G. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- Grupo KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Tradução de Heinz Dieter Heidemann. Cadernos do LABUR n^o 2. São Paulo: Departamento de Geografia JFFLCH/USP, 1999.
- KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. 2.ed. Tradução de Teixeira Coelho. São Paulo: Hucitec, 2000.
- LESSA, C. **Os ovos da serpente**. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, pp. 11-18.
- MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. **Conceito marxista de homem**. 8.ed. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã** (10 capítulo). São Paulo: Centauro, 1984.
- _____. O manifesto comunista. In: COUTINHO, C.N.(et.al.). **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, pp. 56-87.
- NASCIMENTO, F.A.S. **O negro: questões culturais e “raciais”**. Rondonópolis — MT: Departamento de História/CHS/RJUFMT, 2001.
- NAXARA, M.R.C. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920)**. São Paulo: Annablume, 1998.
- NOVAIS, F.A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- OFFE, C. **Trabalho e sociedade**. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Biblioteca Tempo Universitário 89, 1989.
- PIERONI, G. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados do Brasil-colônia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.
- PIERUCCI, A.E. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 1999.
- PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. 43.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SALES, T. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: REIS, R.R. & SALES, T.(Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, pp. 17-44.
- SILVEIRA, M.H.V.da. De banzo. In: ASSUMPÇÃO, E. & MAESTRI, M. (Org.). **Nós, os afro-gaúchos**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, pp. 35-37.
- SOUZA, L.M.e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- SOUZA, O. **Fantasia de Brasil: as identificações em busca da identidade nacional**. São Paulo: Escuta, 1994.
- TOSTA, T.L.D. Memória das ruas, memórias da exclusão. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, pp. 22 1-229.
- YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001.